

## Causa ou Consequência? Representação e Participação no Contramovimento Bolsonarista à Crise da Democracia no Brasil

### Cause or Consequence? Representation and Participation in the Bolsonaroist Countermovement to the Crisis of Democracy in Brazil

\*Philippe Scerb<sup>1</sup> 

#### Resumo

Este artigo questiona a ideia corrente de que a eleição e o governo de Jair Bolsonaro são expressão e causa da crise da democracia brasileira. A despeito de ampliar as desigualdades e de seu autoritarismo, o fenômeno deve ser visto como um contramovimento ao que foi chamado de desdemocratização. Mais do que uma reação aos avanços de treze anos de governos progressistas, a potência do bolsonarismo é também resultado da alternativa que ele simboliza a um sistema impermeável à participação popular. Por meio da análise de seu discurso e de sua prática, marcadas pela responsividade da representação e pela participação ativa de sua base, argumenta-se que ele revigora, de maneira contraditória, elementos de soberania popular ausentes da política pós-democrática. Assim, Bolsonaro se distingue de atores concorrentes, dedicados a restaurar o consenso e as instituições liberais, ambos na origem da crise contemporânea.

**Palavras-chave:** Democracia. Populismo. Bolsonarismo. Participação.

#### Abstract

This article questions the current idea that the election and government of Jair Bolsonaro are expression and cause of the crisis of Brazilian democracy. Despite the increase in inequality and its authoritarianism, the phenomenon should be seen as a countermovement to what has been called de-democratization. More than a reaction to thirteen years of progressive governments, the power of Bolsonaroism is also the result of the alternative that it symbolizes to a system impervious to popular participation. Through the analysis of his speech and practice, marked by the responsiveness of representation and the active participation of his social base, it is argued that he invigorates, in a contradictory way, elements of popular sovereignty absent from post-democratic politics. Thus, Bolsonaro distinguishes himself from competing actors, dedicated to restoring the liberal consensus and political institutions, both at the origin of the contemporary crisis.

**Keywords:** Democracy. Populism. Bolsonaroism. Participation.

---

1 Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da (PPGCP/USP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0224-1302>.

## Introdução

A eleição e o governo de Jair Bolsonaro são vistos por parte importante da literatura como causas da crise do que se convencionou chamar de democracia. Cumpriria, para garantir estabilidade política, retirar o ex-capitão de cena. Seja impedindo sua eleição, tutelando sua gestão ou ameaçando o governo de impeachment, ensaiaram-se diversas formas de conter o estrago de Bolsonaro sobre as instituições. Os riscos de fechamento de regime e de extinção de garantias individuais justificariam os esforços de proteger a democracia brasileira da confusa e autoritária agenda bolsonarista.

Tentarei mostrar, contudo, que entender a eleição e o governo de Bolsonaro como causas do quadro em que nos encontramos consiste em um equívoco duplo: lógico e político-normativo. Assim como a votação do Brexit e a eleição de líderes como Donald Trump, o fenômeno bolsonarista não consiste na explicação para a crise da democracia. Ele deve ser compreendido, antes, como consequência de um profundo mal-estar com um sistema esvaziado de razoável influência popular sobre o poder e bem descrito por Colin Crouch (2000) como pós-democrático, em que desapareceram da ordem liberal “oportunidades para a massa de pessoas ordinárias participarem ativamente [...] da definição da agenda da vida pública e o uso ativo dessas oportunidades por ela”. Ao ver a ascensão de Bolsonaro como fundamento e não como efeito de uma crise, erramos a origem de um problema que se localiza não no bolsonarismo, mas nos limites de uma ordem que o fabricou. Investigar as razões da potência de movimentos como esse nos levará mais longe na análise de sua natureza e de suas contradições do que críticas que neles concentram todos os males que afligem uma democracia liberal assumidamente virtuosa e que deveríamos defender de ameaças autoritárias. Um esforço que também deve permitir reavaliar estratégias voltadas à preservação de práticas e instituições cujos sinais de esgotamento se acumulam a cada dia e que o populismo de direita promete superar.

Primeiro, é preciso reconhecer que figuras como Bolsonaro, Trump, Salvini, Orbán, Le Pen, entre outros, têm recuperado o vigor do debate e da disputa política. O que soa estranho na medida em que associamos a noção de política à realização periódica de eleições, seguidas de articulações parlamentares e da implementação de programas de governo. Mas é exatamente o que fazem essas lideranças ao retirar, de forma mais ou menos retórica, os conflitos sociais do insulamento institucional em que a democracia liberal os colocou e suspender uma compreensão estreita da política como a gestão da coisa pública por parte de elites informadas por paradigmas a priori científicos (MOUFFE, 2015). Diferentemente de uma interpretação corriqueira, não se trata de meras figuras estranhas à disputa formal pelo poder. O anúncio de sua disposição a romper com um amplo arcabouço de normas, práticas e instituições é central na sua projeção e amplamente reconhecido.

A despeito da ausência de saídas concretas para profundos problemas sociais em seus programas, populistas de direita como Bolsonaro atendem a ressentimentos materiais e simbólicos de camadas médias, mobilizam afetos há algum tempo ausentes da vida pública e, sobretudo, reagem assertivamente à desdemocratização. Um processo que tem assolado as democracias liberais e, segundo Streeck (2017), respondido por meio do esvaziamento de mecanismos de representação e participação popular à incompatibilidade entre um capitalismo cada vez mais dependente da completa comodificação das esferas da vida e instituições permeáveis ao controle e à

ação dos governados<sup>2</sup>. O principal atributo desses movimentos é fazer o contrário do que forças políticas convencionais vêm fazendo nas últimas décadas, a saber, colocar o *demos*, sob a forma do cidadão comum, no centro do palco. E, como pretendo mostrar a partir da experiência bolsonarista, não apenas como um povo homogêneo imaginado e devidamente representado, mas como cidadãos ativos acerca dos rumos de suas comunidades.

A definição mais corrente de populismo dá ênfase à dimensão representativa dessa lógica. Ao exaltar a história, atributos e valores que igualam os membros de determinada comunidade nacional ao distingui-los, concomitantemente, das elites e de grupos subalternos, lideranças populistas definem os contornos do que seria o verdadeiro povo. Mas mais do que isso, eles aprofundam as diferentes faces da representação descritas por Pitkin (1984). Quer seja sob os pontos de vista simbólico, descritivo ou mesmo substantivo, a representação ativada por esses atores é percebida como mais autêntica do que a representação meramente formal em vigor. A chegada de uma expressão genuína dos estratos médios ao poder se combina com uma defesa decidida dos valores e interesses das pessoas comuns - dos sem-título para governar, como diria Rancière (2018). Em que pesem as controvérsias culturais, a tensão institucional e as doses importantes de autoritarismo que isso implica.

Por outro lado, a maior parte da literatura contemporânea acerca do populismo negligencia um dos pilares de sua força política e social. Qual seja, o papel atribuído por ele à participação direta. O governo Bolsonaro expressa de maneira exemplar a importância do engajamento das pessoas comuns para o sucesso de um projeto visto como efetivamente alternativo. Considerando que a mudança não poderia ser conduzida exclusivamente por dentro de uma ordem insulada das vontades do povo, instituições de mediação como a imprensa e os partidos são menosprezados em benefício da comunicação imediata entre representantes e representados e de mobilizações de rua. Menos conservador e mais reacionário (LILLA, 2018), o populismo de direita contemporâneo é radical na sua crítica ao sistema e tem no aprofundamento da representação e na participação dos governados, paradoxalmente critérios caros a uma definição substantiva de democracia (MOUFFE, 2018), fundamentos de sua estratégia.

Não se trata de dizer que o movimento bolsonarista consiste na recuperação da democracia na sua acepção mais exigente. Seu caráter reacionário e anti-igualitário o qualifica como profundamente antidemocrático. Contudo, a crítica mais corrente a Bolsonaro acaba por negligenciar os limites da ordem que permitiram sua emergência. Passa-se, inclusive, a contestar o recurso à participação, a criticar a face popular dos representantes eleitos e a exigir deles afinidades às elites como se a elas fossem necessariamente reservados os espaços democráticos de poder. Deixa-se de entender que a potência desses movimentos vem, em boa parte, de suas dimensões representativa e participativa. Por mais abjeto que seja o fim almejado, os sem-título são chamados a participar, se sentem novamente pertencentes a algo maior e capazes de influenciar o poder do Estado. Por mais pueris que sejam os termos do antagonismo em curso, as pessoas comuns voltam a se identificar com algum dos

---

<sup>2</sup> Embora os conceitos de pós-democracia e desdemocratização tenham sido elaborados em contextos diferentes e obedeçam a propósitos distintos, eles aparecem neste texto de maneira intercambiável para descrever o distanciamento progressivo da democracia liberal de uma concepção substantiva de democracia.

polos em disputa. Embora contraditório em diferentes aspectos, o populismo de direita, ao sugerir superar o atual interregno (FRASER, 2020), aparece como única alternativa a uma ordem que, embora dê sinais claros de esgotamento, conta com o apelo de vasto campo teórico e político.

Não por acaso, movimentos como o bolsonarista gozam de uma energia política e de uma capacidade de engajamento que não se encontram em forças que trataram de rebaixar suas exigências democráticas. É com o intuito de compreendê-las que este artigo analisa a forma como Bolsonaro define os contornos do “povo brasileiro” e reivindica sua representação. E, em seguida, a dimensão participativa de sua campanha e do início de um governo que recorre a expedientes típicos de democracias radicais a serviço de um projeto essencialmente antidemocrático.

A análise que se segue é apoiada em observação qualitativa das redes sociais bolsonaristas entre o início de 2014 e maio de 2020, especialmente da página de Bolsonaro no Twitter e de suas *lives* no Youtube, em matérias da imprensa e em literatura de corte empírico e teórico sobre o fenômeno do qual o bolsonarismo é expressão.

### **A Representação do Povo**

Antes da ascensão do populismo de direita, os altos índices de abstenção eleitoral, a decrescente filiação a partidos políticos e a multiplicação dos protestos eram entendidos como sinais da chamada crise da representação. Com a diluição de identidades coletivas em boa medida provocada por transformações nas relações capitalistas de produção, a decorrente perda de inteligibilidade dos conflitos sociais e a extinção progressiva dos vínculos entre representantes e representados, o voto foi perdendo sua legitimidade enquanto mecanismo de autorização e controle do poder. Restou aos governados a indiferença acerca dos assuntos públicos e a revolta destituente, que marcaram, nos últimos anos, a vida política de numerosos países. Pelo menos até que aparecesse uma opção efetivamente alternativa a um sistema dominado por forças a priori concorrentes, mas cujas diferenças programáticas já não se podia notar.

Na Europa e nos Estados Unidos, a alternativa apareceu sob a forma de uma retórica nacionalista que, ao projetar a perspectiva de mudança em relação a um *establishment* imóvel no apego ao consenso neoliberal, conformou identidades coletivas antagônicas e recuperou o conflito inerente ao político (MOUFFE, 2015). Guardadas as devidas proporções, é o que tem feito o bolsonarismo no Brasil. Como notou Paulo Arantes (PINA; DULCE, 2018), a projeção do ex-capitão retirou a política do âmbito da gestão e a recolocou no plano imanente da luta e da transformação. O que foi possível na medida em que Bolsonaro ofereceu respostas a dois dos principais aspectos do mal-estar com a representação. Por um lado, instigou o profundo caldo de ressentimento simbólico e material de camadas médias com o lulismo para definir os contornos de um povo formado por “cidadãos de bem”. Por outro, se apresentou como um expoente desse mesmo povo e disposto a enfrentar um sistema corrompido em todos os seus sentidos para defender os valores e os interesses do brasileiro médio.

Embora tenha acabado por angariar o apoio das elites econômicas quando elas perceberam o fiasco inevitável de seus candidatos, Bolsonaro nunca reivindicou a representação das classes dominantes. Para extrapolar os limites de uma base outrora restrita a nostálgicos da ditadura, se dirigiu a setores médios insatisfeitos com os

efeitos econômicos e culturais dos governos petistas. Uma parcela expressiva da população cujo incômodo com a perda de privilégios decorrente de políticas redistributivas e de transformações na esfera dos costumes já se manifestava publicamente pelo menos desde junho de 2013. Foi explorando esse duplo ressentimento que o bolsonarismo, ao mesmo tempo em que ajudava a definir contornos comuns para uma massa heterogênea, despontou como seu principal representante.

São conhecidas as expressões de desconforto das classes médias com uma ascensão de camadas populares responsável por ameaçar a distinção sobre a qual se sustenta o status e o conforto material das primeiras (COSTA, 2018). Mais objetivas, porém, são pesquisas que revelam a concentração dos ganhos econômicos, ao longo dos governos petistas, nas duas pontas da estrutura social brasileira. Enquanto os mais ricos e os mais pobres viram suas rendas aumentarem de forma expressiva, o crescimento dos ganhos dos estratos intermediários foi, em média, inferior àquele da renda nacional. Como mostram Gethin e Morgan (2018), o lulismo deixou para trás uma classe média achatada entre a ascensão das elites e das classes populares. Seria natural a reação desses setores à perda de parte de seus privilégios. Ativa no processo de impeachment de Dilma Rousseff, fração importante deles logo encontraria em Bolsonaro um legítimo representante do cidadão lesado por um Estado que, supostamente, premiava a preguiça dos de baixo e acomodava, de maneira espúria, os interesses dos de cima (SOLANO, 2019). É possível elencar três formas pelas quais o bolsonarismo reivindicou representar os estratos intermediários ressentidos com os efeitos econômicos do lulismo.

A primeira delas consistiu num antipetismo raivoso. Na medida em que o PT era entendido como o responsável pela penúria das classes médias, Bolsonaro tratou de se posicionar como seu principal antípoda. O que fez a partir de uma chave popular, distinguindo-se da face elitista da oposição tradicional, e de forma obsessiva. Mesmo depois de eleito, ele seguia atacando o partido, como fez em *tweet* de 20 de julho de 2019: “não adianta chorar [...] Os efeitos devastadores do desgoverno da quadrilha ainda podem ser sentidos e é papel de todo aquele que ama o Brasil lembrar quem foram os culpados”.

A segunda forma se deu pela adoção da agenda neoliberal, suficiente para atrair o capital, mas fundamental para sensibilizar setores cansados de financiar serviços públicos dos quais aspiram não depender, políticas redistributivas e esquemas de corrupção. Ao defender o Estado mínimo, Bolsonaro sugeria menor carga tributária e atacava, ao mesmo tempo, a “farra da corrupção” e programas como o Bolsa Família. Não por acaso, a criação do 13º aos seus beneficiários foi justificada, em *live* de 4 de abril de 2019, pela economia de recursos obtida com o “combate à fraude” promovido pelo governo. É notável a indiferença, e por vezes a objeção, do presidente em relação às questões centrais de uma agenda econômica liberal. Suas atenções sempre se concentraram no que poderia sinalizar, da maneira mais rasteira, a diminuição do Estado e da margem para corrupção, como a redução do número de ministérios e de cargos comissionados.

Por fim, a terceira maneira consistiu na manifestação explícita de desconforto com a ascensão dos mais pobres, notadamente pela via de direitos trabalhistas que comprimem privilégios dos estratos médios. Em 2018, o então candidato afirmou, repetidas vezes, que o país deveria optar por mais direitos e menos empregos ou o contrário. A manifestação mais clara da opção por um antagonismo de classe feito

pelo bolsonarismo, no entanto, remete à posição de Bolsonaro acerca da PEC das domésticas. Ele não apenas votou contra o projeto, em 2015, como se mostrou orgulhoso por isso. Em entrevista ao *Jornal Nacional* às vésperas da eleição, reiterou ter sido “o único a votar contra. Em dois turnos”. A volta ao mercado, mais do que simplesmente atender às expectativas da burguesia, servia a Bolsonaro para garantir a preservação de privilégios de uma classe média que os viu ameaçados. Ao defendê-los, ele deu forma a um grupo social cujo incômodo ainda era expresso de forma difusa. As angústias materiais do brasileiro médio encontraram no ex-capitão alguém que não se envergonhava de reivindicar uma severa hierarquia social que o lulismo desestabilizara.

Mas o populismo de direita não se alimenta apenas da degeneração de expectativas materiais. Cidadãos médios têm se deparado também com uma evolução dos costumes que pressiona seus valores tradicionais. Avanços no reconhecimento das diferenças questionam toda uma cultura conservadora que estrutura relações de dominação. Os que se situam no polo privilegiado dessas clivagens reagiriam, naturalmente, ao movimento. No Brasil, a candidatura de Bolsonaro conseguiu dialogar com o ressentimento de uma população que se sentiu estigmatizada simplesmente por prezar por princípios convencionais. Foi explorando a reação à agenda liberal nos costumes que o então deputado federal se projetou, defendendo o que parecia indefensável e atacando a “ditadura do politicamente correto”. Em aparições em programas populares na TV, impressionava com discriminação explícita a mulheres, negros e homossexuais. O que lhe fez ganhar a animosidade da esquerda e a simpatia dos que viam seus privilégios e sua cultura ameaçados. Em Bolsonaro, eles perceberam sinceridade na revolta reacionária que compartilham.

Com efeito, a rejeição ao Estado interventor articula os dois ressentimentos que alimentam o populismo de direita, fenômeno que se contrapõe a um governo forte que distorceria hierarquias livremente determinadas pelo mercado, por um lado, e costumes que evoluem naturalmente no plano das relações sociais, por outro (BROWN, 2019). O duplo ressentimento mobilizado por Bolsonaro define os contornos do povo que ele reivindica representar a partir do antagonismo com um campo cuja figura principal é o PT, mas que extrapola os limites do partido e inclui tudo aquilo que historicamente foi contemplado pela imagem do vadio (MACHADO, 2019, p. 142). Notadamente, sindicatos, movimentos sociais, partidos de esquerda, a intelectualidade progressista e o próprio *establishment*, formado pelas elites políticas e a imprensa. As críticas frequentes de Bolsonaro ao PSDB e a FHC deixam claro que o inimigo não se restringe à esquerda e ao PT, mas compreende todo o sistema responsável pelas mazelas do “cidadão de bem”, que articula, como um significante vazio, vítimas dispersas da corrupção econômica e dos costumes. Perguntado em março de 2017 sobre sua candidatura presidencial do ano seguinte, o então deputado afirmou que suas “propostas podem ser piores. Mas são completamente diferentes do que todos [os outros candidatos] juntos”<sup>3</sup>.

Bolsonaro não construiu sozinho o movimento que o elegeu e sustenta seu governo. Mas ao mobilizar paixões de setores médios carentes de laços orgânicos entre si, contribuiu para forjar uma identidade coletiva ressentida e vocacionada a assumir o poder do Estado. Foi fundamental, para tanto, apresentar-se como inimigo de uma ordem em colapso e representante legítimo do povo. Não exatamente na sua acepção mais corriqueira das pessoas mais pobres. Mas na sua acepção política dos

<sup>3</sup> Entrevista ao programa *The Noite*, de Danilo Gentili, em 21 de março.

sem-título específico para governar. A despeito do caráter regressivo do bolsonarismo, ele fez com que milhões de brasileiros voltassem a se sentir reconhecidos, representados e parte de um projeto maior capaz de transformar um sistema corrupto em todos os sentidos. Segundo o assessor especial da presidência da república Filipe Martins, a eleição de 2018 foi “um grande dedo do meio do povo brasileiro para os donos do poder” (BILENKY, 2019). O governo eleito seria uma espécie de revanche do brasileiro médio, que enfim se levantou para tomar o poder para si.

O populismo responde às angústias das pessoas comuns por meio de uma clivagem entre as elites, os vagabundos, o sistema e o povo, os cidadãos de bem, de forma que outorga a setores ressentidos e dispersos uma identidade passiva de representação. Sua versão reacionária recorre a imagens edulcoradas do passado e a símbolos nacionalistas para exaltar um líder capaz de proteger as tradições ameaçadas e a integridade do povo. Esses movimentos, porém, fazem algo que a interpretação do populismo como pura demagogia autoritária ignora. Frente à decrescente legitimidade do voto, líderes populistas aprofundam as faces descritiva e substantiva da representação na medida em que se assemelham aos representados e correspondem a várias das suas expectativas.

Com efeito, parte da força dessas lideranças vem do fato de se apresentarem como verdadeiras expressões das pessoas comuns - e não apenas de suas virtudes. Populistas são reconhecidos como legítimos membros do povo porque carregam seus hábitos grosseiros, suas contradições e sua intolerância. Na contramão da democracia liberal, em que a representação tende a implicar o governo das elites, movimentos como o bolsonarismo pregam o controle da mediocridade sobre o poder. Subjaz a eles a ideia de que se os melhores são responsáveis pelo atual estado de coisas, conviria substituí-los por homens médios. Ninguém considerou seriamente que Bolsonaro fosse a pessoa mais preparada para liderar o país – ele sequer o reivindicava. Vindo do baixo clero da Câmara, ele era simplesmente o mais parecido com o brasileiro indignado, por um lado, com a hipocrisia de uma elite que não cumpre suas promessas e despreza os valores e os costumes tradicionais. E incomodado, por outro, com a evolução de códigos que lhe tiram a liberdade de discriminar grupos subalternos. Na medida em que o fazia abertamente, Bolsonaro aparecia como um contraponto a normas impostas por uma elite cultural apartada da vida real.

As redes sociais do ex-capitão, antes e depois da eleição, têm por objetivo mostrar uma pessoa totalmente ordinária. Que faz piadas de baixo calão, que se veste de maneira simples e que tem hábitos igualmente comuns. É evidente a intenção de cultivar essa imagem, a exemplo da prancha de surfe que sustentou os microfones de sua primeira entrevista coletiva como presidente eleito. Mas não se pode dizer que o esforço deriva de pura hipocrisia. Bolsonaro é, de fato, expressão honesta de corte expressivo da população. Em “Tormenta”, Oyama (2020, p. 179) revela que “Chaves” é um dos programas favoritos do presidente e descreve ocasião em que Paulo Guedes teve dificuldade para preparar para entrevista um Bolsonaro mais preocupado com um jogo de futebol transmitido pela televisão (OYAMA, 2020, p. 151).

Para ilustrar o abismo que se abriu entre representantes e representados nas últimas décadas, Mounk (2019, p. 117) afirma que, nos anos 1960, parlamentares se sentiam mais à vontade jantando com seus eleitores do que com colegas de outros partidos. A situação se inverteu e os políticos de hoje, que compartilham poucas referências e interesses com suas bases, preferem jantares com supostos adversários.

Ao promover a invasão dos espaços de poder pelos valores e interesses, mas também pelos modos simples dos sem-título, o movimento populista reivindica justamente a ruptura com o espírito elitista da política. Diferente de um Lula que exaltou sua capacidade de circular em diferentes meios, o ex-capitão não se acanha em demonstrar seu desconforto nos círculos mais refinados. Em *tweet* de 5 de setembro de 2019, disse que “presidentes com ‘postura’ foram responsáveis pela destruição do Brasil”.

Por fim, a simplicidade de Bolsonaro se confunde com sua honestidade. Em contraste com políticos convencionais, nunca reivindicou dominar todas as áreas da administração pública. Mais do que medidas sofisticadas, um bom governo seria feito das boas intenções e da integridade moral do cidadão de bem. Ao atribuir a Paulo Guedes plena autonomia sobre a política econômica, ele indicava, mais do que afinidade com a agenda do mercado, a humildade de um presidente que conhece seus limites. Em diversas ocasiões, disse querer “ministros mais inteligentes e competentes” do que ele<sup>4</sup>, que não entende de determinados temas<sup>5</sup> e que a economia estaria melhor porque ele não “manja”; “como eu não sei, eu não meto a mão, pô”<sup>6</sup>.

O episódio mais emblemático do aprofundamento do caráter descritivo da representação pelo bolsonarismo é, provavelmente, a polêmica que envolveu a anunciada nomeação de Eduardo Bolsonaro a embaixador do Brasil em Washington. Além do nepotismo, questionou-se a qualificação do deputado, que disse ter “fritado hambúrguer no frio do [estado americano do] Maine”. Em boa medida, as críticas partiam de certa compreensão elitista da democracia segundo a qual apenas alguns, mais preparados, deteriam a prerrogativa do poder (ALONSO, 2019). Enquanto a extrema-direita reivindicava, ao fim e ao cabo, que pessoas ordinárias, sem atributos excepcionais, pudessem governar. Em meio à polêmica, o presidente acrescentou, em *live* de 18 de julho de 2019, que Eduardo também havia entregado pizza nos Estados Unidos para pagar suas contas.

É evidente que os objetivos do bolsonarismo passam ao largo do incremento da igualdade e da soberania popular. Contudo, parte importante de seu discurso e de sua prática indicam a recusa do monopólio do poder por determinadas elites e acabam por mobilizar elementos típicos de uma concepção mais exigente de democracia em que, como em Atenas, os magistrados fossem desprovidos de qualquer título que os diferenciasse do povo. E o fato de muitos dos brasileiros médios verem em Bolsonaro alguém parecido com eles, fundamentalmente distinto dos atores que têm controlado a política, contribui para a impressão de que os sem-título tomaram das elites parte do controle do Estado.

Mas para além de diferenças na estética, na forma e nos símbolos, os programas e os governos populistas têm correspondido à expectativa de uma alternativa efetiva ao estado de coisas. O que ocorre a despeito do caráter débil e contraditório das saídas que oferecem às aflições da cidadania, geralmente apoiadas em ataques a bodes expiatórios e incapazes de lidar com a degradação das condições de vida e das perspectivas dos governados.

De qualquer modo, os movimentos populistas não fazem apenas sugerir que a mudança é possível e enfrentam o déficit de responsividade percebido pelos eleitores. De um lado, seus traços autoritários indicam uma investida radical a uma

4 Ver entrevista à rádio Jovem Pan (OS PINGOS NOS IS, 2019).

5 Como faz na *live* de 18 de julho de 2019 ao falar de questões ligadas à infraestrutura e à saúde.

6 Dito em *live* de 12 de dezembro de 2019.



ordem impermeável às vontades dos cidadãos comuns. De outro, o imperativo de se mostrar diferente das forças tradicionais implica em relevante compromisso com o programa apresentado. Lideranças populistas prezam pela objetividade na atenção às demandas de sua base, por mais reacionárias e comezinhas que elas sejam. É isso que lhes permite reivindicar, com algum amparo na realidade, a dimensão responsiva de sua representação.

Na medida em que entendem que não basta desacelerar o avanço da história, cumpriria reverter o seu curso, movimentos como o bolsonarismo são menos conservadores do que reacionários. E considerando a força de interesses que se beneficiam do estado de coisas, um movimento reacionário exigiria disposição para o conflito. As ideias que alimentam os populismos de direita de hoje apontam para um embate radical com as elites (LILLA, 2018). Nesse contexto, a retórica autoritária de Jair Bolsonaro, reputado nostálgico da ditadura, foi crucial para que emergisse como protagonista dos desejos aparentemente paradoxais de mudança e ordem. Em outras palavras, reside na essência desses movimentos a impressão de que para atender às expectativas do povo seria imprescindível algum grau de conflito. O autoritarismo que ameaça liberdades individuais e igualdades formais e materiais é, aos olhos da base, simplesmente uma condição para exercer o mandato atribuído pelo voto.

É nesse sentido que o governo Bolsonaro tem promovido críticas e ataques a diversas instituições que constroem sua autonomia. São paradigmáticos os ataques a órgãos como Inpe, Ibama e Funai, que atrapalhariam o desenvolvimento em nome de normas ultrapassadas e abstratas. Em *live* de 31 de outubro de 2019, o presidente lamentou os limites que a legislação ambiental imporiam à transformação da Estação Ecológica de Tamoios na “Cancun brasileira” e as restrições à exploração de recursos naturais em terras indígenas. Em 27 de fevereiro de 2020, exaltou o esvaziamento de exigências do Inmetro que implicariam “gastos excepcionais a donos de caminhões, ônibus e vans” e o veto a iniciativa que obrigaria “40 mil taxistas cariocas a substituir seus taxímetros”. Subjaz a essas declarações a noção de que o sistema político opera em função de grupos com acesso privilegiado ao Estado. Pelo menos até que surgisse alguém que, “contra tudo e contra todos”, colocasse o interesse das pessoas comuns em primeiro lugar.

Ademais da vocação eminentemente destituente, os programas populistas de direita apontam para uma alternativa capaz de preencher de esperança o mal-estar dos setores médios. Independentemente de seu mérito, apoiado no que existe de mais reacionário no senso comum, o bolsonarismo deu sentido positivo às críticas de corte antipetista e antissistêmico. Um programa, aliás, cuja realização é obsessivamente buscada pelo presidente. Em suas manifestações, é flagrante a atenção dedicada a demandas laterais na agenda do governo, em que pese o prejuízo de questões como economia, saúde e educação. Para além da maior afinidade de Bolsonaro com questões menores, é evidente sua preocupação em corresponder às expectativas de sua base. Ilustra essa responsividade a comemoração quase semanal, em suas *lives*, dos avanços em relação ao porte e à posse de armas de fogo, entre 2019 e 2020.

Thaís Oyama (2020, p. 146) chama Bolsonaro de “presidente das pequenas coisas” pela atenção exacerbada que dá a questões laterais. Ela não se atenta, porém, ao fato de que embora irrelevantes, essas medidas sugerem, além de compromisso do governo com demandas concretas, que com recursos e esforços mínimos é possível melhorar o país. Nada trivial em um ambiente em que muitos dos brasileiros,

informados pela subjetividade neoliberal de que falam Dardot e Laval (2016), esperam do Estado simplesmente que ele não os atrapalhe. Exatamente o que Bolsonaro se propõe a fazer ao anunciar insistentemente a vontade de remover radares das estradas e ampliar a validade e os pontos permitidos na CNH: facilitar o dia a dia e retirar o Estado da vida das pessoas. Por mais módicas que sejam, as mudanças devem sinalizar a transformação que o governo representa. É como se o homem médio fosse finalmente colocado acima de interesses privados e inoportunas normas burocráticas. Parte da potência dos movimentos populistas vem exatamente do fato de aparentar dar voz e peso – e por vezes fazê-lo – a cidadãos comuns e marginalizados dos cálculos do poder. Com medidas simples, mas concretas, numa valorização da ação que lhes é central.

Tomar as ações do governo pelo discurso de seu chefe não é a melhor maneira de aferir sua natureza. É inegável, contudo, o esforço genuíno de atender a pleitos pontuais, mesmo que laterais, de apoiadores e realizar compromissos prévios. Uma ilustração emblemática é a insistência, até que o enfraquecimento do governo e a ameaça real de impeachment se impusessem, do bolsonarismo em governar sem apoio fisiológico no Congresso. Mais do que simplesmente demonstrar preocupação com o avanço de certas pautas, é notável a constante prestação de contas por meio das redes sociais e das *lives* semanais. Usadas para exaltar avanços e justificar medidas controversas, como ocorreu em meio à contestada aprovação da lei de abuso de autoridade em transmissão de 5 de setembro de 2019.

Os populismos de direita, enquanto contramovimentos à desdemocratização, não fazem apenas articular o ressentimento difuso dos cidadãos médios a partir de uma liderança que lhes atribui uma identidade coletiva e expressa sua própria mediocridade. Eles respondem também à principal dimensão da crise da democracia liberal ao priorizar a realização da vontade, muitas vezes contraditória e reacionária, desses mesmos governados. A balança entre mandato e independência pende para o primeiro polo, mesmo que às custas da liberdade e da igualdade que a pós-democracia consentiu em preservar.

## **A Participação do Povo**

À imagem de regimes autoritários do século passado, a visão mais corrente do populismo sugere que, frente à insatisfação com a política, parte da sociedade delega a um líder carismático a responsabilidade de governar e legitima o recurso à força e a deterioração das instituições democráticas. No entanto, os movimentos contemporâneos não se caracterizam pela omissão dos cidadãos como agentes políticos. Ao invés de uma cidadania meramente vulnerável a um discurso demagogo, observa-se, com todos os riscos que isso têm implicado, uma sociedade que participa ativamente da vida pública, muitas vezes sem mediações institucionais. É evidente que lideranças e partidos populistas, o aparato estatal e as classes dominantes informam as vontades dos governados e concentram a maior parte dos recursos de poder. Mas nem tudo ocorre de cima para baixo e tampouco por dentro da institucionalidade, como preconiza a maioria dos intérpretes. Não é só por meio da identidade abstrata do povo e da autorização obtida pelo voto que o populismo se configura. A mobilização e a participação popular ocupam papel central na sua lógica política.

Bolsonaro é mais do que um líder moldado à imagem e semelhança do cidadão médio ressentido com o sistema político. Ele emerge em um ambiente de revolta contra uma ordem impermeável aos interesses dos governados e alinhado à vontade disseminada de incidir efetivamente sobre o poder – nem que seja para impedir os seus malfeitos. A ascensão de lideranças populistas foi precedida de elaborações e iniciativas mais ou menos bem-acabadas e voltadas à ampliação da influência de pessoas comuns sobre o Estado. Independentemente das borradas identidades político-ideológicas que animaram o ciclo de protestos destituíntes dos últimos anos ao redor do mundo, não é um exagero dizer que o mesmo espírito de revolta esteve na base da ascensão de lideranças como Bolsonaro e Trump. Que se alimentaram da desconfiança nas elites e nas instituições políticas para fazer chegar às altas esferas do poder um suposto vetor dos medos, dos preconceitos, dos valores e dos desejos de parte importante das pessoas comuns. Os movimentos populistas de direita não correm, enfim, exclusivamente de cima para baixo.

Com o esvaziamento de identidades coletivas, da distinção entre forças políticas concorrentes e da legitimidade do voto, sobreposto à insatisfação crescente com os procedimentos e resultados da ordem, outras práticas políticas ganharam proeminência. Afeiçoado a elas, o populismo não restringe seu repertório de ação à esfera institucional. Fazendo eco, inclusive, a importante tradição de esquerda, ele aposta na tensão entre os poderes instituído e instituinte como prática política (POULANTZAS, 2000). Ao mesmo tempo em que atuam no registro formal da disputa eleitoral, se apoiam em formas ativas de participação extrainstitucional, seja no governo ou na oposição. Os populistas recorrem constantemente à mobilização de um povo despido de distinções de classe. A relação direta entre líder e massas é a característica mais citada do populismo e, de fato, a superação dos intermediários constitui a essência mesma desses movimentos. Uma relação que obedece a lógicas e contextos distintos, mas que, via de regra, confere um papel mais relevante do que se costuma reconhecer aos governados.

Os sem-título são reiteradamente convidados a participar e intervir, por canais formais ou informais, nos assuntos públicos. Não é trivial a escolha de slogans como “Take Back Control”, para o Brexit, e “Make America Great Again”, para a campanha de Trump, que, além de recorrerem à nostalgia reacionária, acenam ao protagonismo das pessoas comuns. Não se trata apenas de delegar um poder absoluto ao representante, mas de agir com e por meio deles. A participação é dimensão central do populismo contemporâneo e tem se organizado em torno de dois eixos principais: as redes sociais e as manifestações populares. As primeiras desmontam justificativas lógicas ao elitismo típico da representação liberal, permitem que governados e governantes se comuniquem diretamente e contornem intermediários na produção e difusão da informação. Cada vez mais virtual, o mundo político se torna também mais fragmentado e conflitivo, mas também mais dinâmico e participativo. Já as manifestações ganham importância na medida em que as ruas retomam a legitimidade política que a desdemocratização lhe havia removido. Tendo percebido os limites de uma ordem apoiada no recolhimento da política às instituições, as pessoas acorreram às ruas para reivindicar alguma influência sobre o poder. Frente a isso, populistas de direita não têm hesitado em vocalizar a revolta e estimular a pressão popular direta sobre poderes instituídos. Prefere-se o distúrbio e o confronto a concessões programáticas. Diferentemente da descrição predominante na literatura, os

populistas não fazem apenas destruir a democracia “por dentro” das instituições, o contramovimento reacionário é feito também de ações extrainstitucionais contra uma ordem pós-democrática.

A primavera árabe, seguida das ocupações de praças em Madri e Nova York, parecia anunciar um novo tempo democrático, em que todos poderiam se manifestar e se organizar independentemente de seu capital econômico e cultural. Logo, porém, o otimismo com as mídias sociais deu lugar ao mais profundo pessimismo quanto às suas consequências. Na caça às bruxas dos responsáveis pela onda populista, a promoção do espaço virtual a arena prioritária da disputa política assumiu lugar de honra na medida em que pessoas comuns começaram a veicular opiniões sem fundamento e amparo real. Rapidamente, atores e comentaristas liberais passaram a lamentar o colapso dos filtros desempenhados pela imprensa convencional entre a realidade concreta e os sentimentos das massas expostas a líderes demagogos. Não por acaso, a agenda de proteção da democracia tem em seu centro a regulação desses espaços. Depois do otimismo exacerbado quanto aos efeitos emancipatórios das redes, passamos para o extremo oposto; um tipo de nostalgia em relação ao ambiente controlado por algumas empresas de comunicação.

No entanto, as mídias sociais escancaram a incoerência de uma defesa da democracia liberal que reivindique o princípio da igualdade. Pois é gritante o contraste entre as possibilidades abertas à deliberação pelos canais virtuais e um procedimento de tomada de decisão alienado da participação direta dos cidadãos (MOUNK, 2019, p. 80). Um tipo de organização política sustentada no voto pontual remete a uma outra era quando inserido em um cotidiano mediado por cliques instantâneos. Mas enquanto liberais lamentam os efeitos deletérios das mídias sociais, a extrema-direita dá vazão à demanda por participação expressa nelas e finca seus dois pés em um mundo virtual que lhe provém um argumento democrático e um instrumento de ação. O primeiro na medida em que elas expressam o que há de mais participativo em oposição a um *establishment* apoiado em instituições carentes de substantivo controle social. É um instrumento, pois conforme a separação entre o online e o off-line desaparece, lideranças se dirigem diretamente a diferentes públicos e assumem um caráter plástico, capaz de se adaptar constantemente às volúveis demandas societárias (EMPOLI, 2020).

Jair Bolsonaro é uma ilustração bem-acabada de uma estratégia política que tem no mundo virtual seu espaço de comunicação privilegiado. Daí a prioridade de uma campanha que abriu mão de um partido com maior espaço na televisão (OYAMA, 2020, p. 59) pela capacidade de mobilização aferida nas redes. Uma opção que ainda lhe permitiu reivindicar o caráter eminentemente participativo da candidatura e, posteriormente, do governo. Estratégia valorizada por uma base que, por se sentir parte, se engaja no projeto. Diversos dos apoiadores de Bolsonaro enalteceram, segundo Machado (2019, p. 121), intervenções esporádicas do então candidato nos grupos virtuais da militância. Um simples “Oi, pessoal” era o bastante para produzir sensação de proximidade.

A despeito do peso do engajamento artificial de robôs, é notável a ascendência do bolsonarismo nas redes também durante o governo. Além de prestar contas, as *lives* semanais do presidente cumprem o papel de aproximá-lo dos governados e evocam a permeabilidade da gestão às suas opiniões. Na estreia das transmissões, em 7 de março de 2019, ele afirma que gostaria muito que todos “apresentassem propostas e ideias para melhorar a vida da população” e chega a responder perguntas enviadas por espectadores.

É frequente também a exaltação das redes sociais como alternativa às grandes empresas de comunicação comprometidas com interesses privados. Em *tweets* de 11 de maio de 2019, Bolsonaro agradece a Deus o fato de termos a internet, “que possibilitou que a população pudesse observar mais de perto e ter maior influência nas decisões, como sempre deveria ter sido” e diz ser necessário que todos “estejam incluídos nesse processo, cobrando, inclusive, do governo”. Pelas redes, a demanda por participação também encontra respostas um tanto singelas do bolsonarismo, como enquête de 12 de dezembro de 2019 sobre a volta dos radares móveis às estradas federais. Apesar do evidente sentido retórico, não deixa de ser significativo o fato de o presidente consultar os governados acerca de política pública – ou então, de justificar medidas a partir de intervenções em redes sociais. Como fez por ocasião da redução de impostos sobre jogos eletrônicos, segundo *tweet* de 27 de julho sugerida por um desconhecido em comentário na página do Facebook de Bolsonaro.

É evidente que o voto continua sendo a principal forma de autorização e controle do poder. No entanto, o caráter pontual e limitado desse mecanismo, acrescido da extinção de laços entre representantes e representados, tem sido contornado pelas mídias sociais. Ademais de avaliar seus efeitos nocivos a uma ordem democrática, cumpre reconhecer que elas podem, ao menos em parte, retirar o cidadão de uma condição eminentemente passiva em relação ao governo. Quem tem feito isso é o populismo de direita, que viu no mundo virtual a possibilidade de criar novos vínculos e atrair pessoas insatisfeitas com a democracia liberal para um movimento vocacionado a ampliar a ingerência das pessoas comuns sobre o poder instituído. A dimensão interativa dos espaços virtuais tem igualmente servido para reunir indivíduos atomizados e carentes da impressão de pertencer a algo maior.

O uso intensivo das mídias sociais contribuiu para a sensação de que, por meio dessas forças políticas, o homem médio tomaria o poder em suas próprias mãos. Mas elas não foram a única resposta à necessidade de submeter as instituições à influência dos governados. Além de contornar a mediação entre políticos e eleitores no plano da comunicação, seria preciso fazê-lo no plano da ação. Tarefa que o bolsonarismo sugere realizar de duas formas.

A primeira passa pela ruptura com a tradição do “toma-lá-dá-cá”, em que o poder executivo se apoia em coalizão pluripartidária construída pela distribuição de cargos e ministérios a partidos essencialmente fisiológicos. Reivindicava-se um governo em que o poder referendado nas urnas não fosse chantageado por interesses mesquinhos de uma classe política desprezada pela sociedade. Ao longo de 2018 e depois de eleito, Bolsonaro afirmou repetidas vezes que sua providência mais importante era a “isenção para entrar em campo” e “não ter rabo preso, de modo que tenha liberdade para gerir o país”<sup>7</sup>. Conforme o Congresso representava o que havia de pior no sistema político, cumpria governar em detrimento dele e, assim como ocorreu com a imprensa, os partidos deixariam de intermediar a relação entre os eleitores e o poder.

Com efeito, até meados de 2020, Bolsonaro não fez nenhum esforço para costurar uma coalizão. As escolhas ministeriais partiram de seu círculo mais íntimo, como atesta a presença ostensiva de oficiais do Exército no governo. O que não significaria a ausência de relação entre os poderes executivo e legislativo. Saíam de cena os partidos como principais interlocutores e entravam as bancadas temáticas,

---

7 Como disse em entrevista ao programa do Ratinho, no SBT, em 5 de junho de 2019.

representativas, supunha-se, de pessoas comuns - e não de corporações partidárias. É nesse sentido que o presidente exalta publicamente o papel de bancadas como a ruralista, da saúde e evangélica na formação do governo<sup>8</sup>. Um evangélico comum não costuma enxergar em partidos vocação natural para representá-lo. Tampouco o fazem um atirador amador ou um policial. Já pastores e ex-policiais que aparecem cotidianamente nas telas da televisão e dos celulares têm mais condições de inspirar sua confiança. Quando o bolsonarismo condiciona sua relação com o Congresso ao avanço de pautas específicas, defendidas por grupos formados com esse único propósito, ele parece romper com tradições fisiológicas em prol de uma ação comprometida apenas com demandas legítimas da cidadania.

O que não seria, porém, suficiente. Somente a participação direta, com pressão efetiva sobre o poder poderia promover a transformação que o bolsonarismo reclama. Primeiro, por meio da intimidação explícita a membros do Congresso. Senão para fazer avançar a agenda aprovada nas urnas, ao menos para reivindicar o compromisso do governo com suas promessas. No quinto dia como presidente, Bolsonaro já publicava em seu Twitter a importância de as pessoas conversarem “com seu deputado ou senador da necessidade de se aprovar” determinadas leis. Em 8 de junho, ele mesmo se prestava à tarefa e dizia pela rede social que “sem aprovação do PLN 4 pelo Congresso” o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência estaria em risco. Seria difícil descrever melhor as premissas que orientam a estratégia do governo Bolsonaro na relação com o Congresso do que faz um texto que o presidente admitiu ter compartilhado em maio de 2019. Nele, lê-se que:

Bastaram 5 meses de um governo atípico, "sem jeito" com o congresso e de comunicação amadora para nos mostrar que o Brasil nunca foi, e talvez nunca será, governado de acordo com o interesse dos eleitores [...] Bolsonaro provou que o Brasil, fora desses conchavos, é ingovernável. Descobrimos que não existe nenhum compromisso de campanha que pode ser cumprido sem que as corporações deem suas bênçãos (BOLSONARO..., 2019).

Ao recorrer enfaticamente a sua base para que pressione o Congresso, Bolsonaro reconhece que será alvo de críticas. Mas vale mais sinalizar que está ao lado dos governados numa luta contra os poderes estabelecidos do que preservar uma boa relação com congressistas. A escolha arriscada do bolsonarismo é por um conflito que corra contra e, às vezes, à margem das instituições. São diversas as ocasiões em que ele se indispôs também com o poder judiciário. Seja em relação às suas mais altas esferas, seja por meio de críticas ao constrangimento que juízes das primeiras instâncias impõem ao governo<sup>9</sup>.

O envolvimento ativo da sociedade consistiu em parte fundamental do bolsonarismo enquanto movimento vocacionado à transformação. Não se trata da guerra civil defendida pelo então deputado em entrevista de 1999. Mas nem por isso o conflito decorrente da participação direta dos governados ocupa lugar lateral na sua lógica política. Em meio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, um *tweet* de

<sup>8</sup> Em trecho de entrevista coletiva publicada no Twitter em 10 de novembro de 2019, ele afirma que “pela primeira vez, a bancada da agricultura e da agricultura familiar indicou um ministro, antes era de partido”.

<sup>9</sup> Como fez em *live* de 19 de dezembro de 2012, em que reclama de “juíza substituta de Brasília” que obrigou o governo a recolocar radares móveis em rodovias federais.

Bolsonaro em 10 de março de 2016 anunciava que “o brasileiro precisa reconhecer a sua força. As mudanças só acontecerão c/ sua efetiva participação nas ruas!”. Em 1º de dezembro de 2017, ele dizia que não era um salvador da pátria e que a “mudança depende principalmente do empenho de cada um”. Em 2018, sua campanha recuperou a prática de convocar manifestações de rua, como registram *tweets* de 1º de outubro com fotos de diversas cidades.

Eleito, ele seguiu valorizando o engajamento das pessoas comuns em seu governo como uma condição para a mudança que reivindicava. Não é trivial o fato de Bolsonaro, ao receber a faixa presidencial na sua posse, ter gesticulado apontando a ela e em seguida aos apoiadores em frente ao palácio. Mais do que sugerir que seu governo seria feito para o cidadão comum, ele queria dizer que o próprio cidadão comum estava no poder. Treze dias antes, em *live* no Youtube, ele dissera a sua base que, “mais do que nunca”, precisaria dela; “Porque a barra vai ser pesada”.

No Brasil, a referência intelectual dessa lógica é Olavo de Carvalho. Afinado ao espírito que move governos reacionários da Hungria à Polônia, passando pelos EUA de Trump, ele defende uma estratégia apoiada no conflito contínuo com as instituições políticas e culturais que configuram a ordem. Para além da obsessão com o avanço dos costumes e com a esquerda, é no antagonismo visceral com o sistema e seus principais fiadores que esse contramovimento encontra seus fundamentos. Uma ação extrainstitucional dos governados que tem dois objetivos. Primeiro, procurar a qualquer custo a realização de suas demandas – ou ao menos sinalizar compromisso ilimitado com elas. Segundo, manter a base constantemente mobilizada. Com efeito, ao recuperar o político, a extrema-direita fez o caminho inverso de uma esquerda que se conformou à ordem (MOUFFE, 2015) e anunciou a possibilidade de superação da atual crise de hegemonia. No Brasil, embora o lulismo tenha contado com experiências valorosas de instituições participativas ocupadas por diversos movimentos sociais, ele concentrou a maior parte de sua energia e de sua esperança de transformação social na disputa institucional. Ao que o renovado campo reacionário reagiu com um movimento sustentado na articulação das dimensões instituinte e instituídas do poder.

Se Lula tirara as pessoas das ruas e colocara a política dentro das instituições, Bolsonaro fez o contrário. Já em 2019, dois atos foram convocados pelo governo, em 26 de maio e 30 de junho, contra o Congresso e o STF, em defesa de pautas como a reforma ministerial, o pacote anti-crime e a reforma da previdência. Segundo o presidente, tratava-se de um “recado” para aqueles que “teimam com velhas práticas”<sup>10</sup>. Em *tweet* de 30 de junho, disse que respeita todas as instituições, “mas acima delas está o povo, meu patrão, a quem devo lealdade”.

Em 2020, o recurso às mobilizações de rua ganhou proporções ainda maiores. Em meio à pandemia do coronavírus, Bolsonaro prestigiou uma série de atos de sua base mais radical. Dizendo que “político tem que estar junto com o povo, mas não só durante as eleições”<sup>11</sup>, o presidente andou a cavalo, sobrevoou manifestações de helicóptero, soltou frases de efeito como “acabou, porra!” e ignorou solenemente recomendações médicas contra a propagação do vírus. É bem verdade que, frente à reação dos poderes instituídos e à ameaça real de impeachment, o ex-capitão acomodou partidos fisiológicos nos ministérios, deixou de participar de manifestações de rua e moderou os ataques às instituições. De toda forma, a gestão errática e

<sup>10</sup> Declaração dada em entrevista à Record, na noite do dia 26 de maio de 2019.

<sup>11</sup> Dito em *live* de 12 de março de 2020.

agressiva do presidente durante a pandemia revela sua preferência por um conflito que ele não abandona. Com a esquerda enfraquecida e na ausência de um inimigo óbvio, a ciência e membros do próprio governo se tornaram os adversários possíveis. Pois o populismo de direita se alimenta do antagonismo. Poderíamos dizer que, em alguma medida, líderes como Bolsonaro reproduzem o distúrbio provocado pela participação direta e desordenada do povo que Maquiavel (2007) viu nos tribunos da plebe na Roma Antiga. Embora os atos instigados por ele não sejam imbuídos do mesmo recorte social e da dimensão democrática das revoltas romanas, eles não deixam de constituir mecanismos pelos quais os governados mostram aos governantes como preferem ser governados<sup>12</sup>.

A participação direta do bolsonarismo tem, evidentemente, caráter retórico. Contudo, sugerir que ela não passa de demagogia esbarra em dois problemas fundamentais. O primeiro, de ordem normativa, remete a um elitismo que predomina na visão corrente da democracia e que esvazia de discernimento e agência uma base social formada por setores médios ressentidos material e simbolicamente, mas também, em boa medida e de maneira às vezes sobreposta a eles, por trabalhadores frustrados com as promessas do liberalismo. O segundo, de ordem positiva, prejudica a compreensão do próprio fenômeno ao negligenciar suas dimensões efetivamente representativa e participativa.

### Conclusão

Enquanto as forças mais ou menos liberais ou progressistas condenam o conservadorismo e a intolerância daqueles que sofrem os efeitos do neoliberalismo e da pós-democracia, a extrema-direita os têm acolhido, oferecido um sentimento de pertencimento e projetado alguma alternativa a um horizonte de total infortúnio. Tomando a democracia como o governo dos sem-título, poderíamos dizer, porém, que o povo dos populistas de direita é movido justamente pela vontade de recuperar um título que os distinga dos que sempre estiveram abaixo dele: os marginais, os miseráveis, as minorias de toda sorte. Essa é a principal contradição de uma reação radical que marca a política contemporânea e recusa o princípio da igualdade, alicerce de qualquer concepção de democracia.

Por outro lado, nos compete reconhecer, até para compreendê-lo, que o fenômeno em vista se sustenta, pelo menos em parte e apesar da incapacidade de solucionar o mal-estar que o produziu, no desejo de parte dos de baixo de não serem dominados pelos de cima do qual nos falou Maquiavel (2003). Por mais custoso que seja admiti-lo, Bolsonaro é o caminho que se mostrou possível de revolta contra uma ordem impermeável à influência dos governados. Se as elites o apoiaram, é porque não lhes restava uma alternativa própria de poder. Embora a esperança de transformação despertada esteja associada ao autoritarismo da ditadura, não foi essa triste memória que o elegeu presidente. O contramovimento bolsonarista não encontra na concentração do poder toda a sua potência. Ao reagir aos efeitos deletérios do neoliberalismo e também da desdemocratização, o populismo de direita aprofunda, de forma mais ou menos retórica, a representação e avança a partir da participação

<sup>12</sup> Matéria da Folha de S. Paulo mostra que, nas vésperas do ato de 26 de maio, o Congresso recuou no conflito com o governo e fechou acordo a favor de MP que reduzia o número de ministérios. (ARBEX; BOLDRINI; RESENDE, 2019).



direta dos governados. Contra as elites e as instituições, a difusa e heterogênea base social de movimentos como o bolsonarista não delega todo o poder a um líder demagogo a quem cabe a realização de sua vontade predeterminada. Ele se move nas urnas, nas redes e nas ruas contra um arcabouço liberal agonizante.

## Referências

- ALONSO, Angela. Primeiro embaixador do Brasil nos EUA, Nabuco nunca fritou hambúrguer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2019/07/primeiro-embaixador-nos-eua-nabuco-nunca-fritou-hamburger.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- ARBEX, Thais; BOLDRINI, Angela; RESENDE, Thiago. Às vésperas de protestos, Maia fecha acordo com centrão para votar MP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/partidos-do-centrao-decidem-votar-mp-de-bolsonaro-que-reduz-numero-de-ministerios.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- BILENKY, Thais. Fã de Olavo de Carvalho, assessor internacional de Bolsonaro ecoa cartilha da nova direita. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/fa-de-olavo-de-carvalho-assessor-internacional-de-bolsonaro-ecoa-cartilha-da-nova-direita.shtml>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BOLSONARO compartilha texto segundo o qual país é ingovernável sem conchavo. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 maio 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/17/interna\\_politica,755578/bolsonaro-compartilha-texto-que-diz-que-pais-e-ingovernavel-sem-concha.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/17/interna_politica,755578/bolsonaro-compartilha-texto-que-diz-que-pais-e-ingovernavel-sem-concha.shtml). Acesso em: 12 ago. 2020.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- COSTA, Sérgio. Estrutura social e crise política no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, 2018.
- CROUCH, Colin. *Coping with post-democracy*. Londres: Fabian Society, 2000.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GETHIN, Amory; MORGAN, Marc. Brazil Divided: hindsight on the growing politicisation of inequality. *WID: world issue brief*, [s. l.], n. 3, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://wid.world/document/divided-brazil-hindsight-on-the-growing-politicization-of-inequality-wid-world-issue-brief-2018-3/>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- LILLA, Mark. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Londres: Verso, 2018.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- MOUNK, Yasha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OS PINGOS NOS IS. Exclusivo: Jair Bolsonaro fala à Jovem Pan. 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RnOm1NIEn88>. Acesso em: 12 ago. 2020.

OYAMA, Thaís. *Tormenta - o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PINA, Rute; DULCE, Emilly. Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil, diz Paulo Arantes, *Brasil de Fato*, São Paulo, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984.

POULANTZAS, Nicos. *State, power, socialism*. Nova York: Verso, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end?* Londres: Verso, 2017.

\*Minicurrículo do Autor:

**Philippe Scerb**. Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po – 2014). Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88882.333159/2019-01). E-mail: pscerb@gmail.com.